

1 **COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE DA ASSISTÊNCIA SOCIAL**
2 **(CIB) SANTA CATARINA.**

3 ATA Nº 06/2012

4 Ao décimo oitavo dia do mês de Outubro de dois mil e doze, às treze
5 horas, na sala de reuniões da Associação dos Municípios da Região da Foz
6 do Rio Itajaí (AMFRI), em Itajaí, realizou-se a sexta Reunião Plenária
7 Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite da Assistência Social
8 (CIB/SC) sob a coordenação de Eleudemar Ferreira Rodrigues
9 (coordenador), com a presença dos seguintes membros titulares:
10 representantes da SST/SC - Eleudemar Ferreira Rodrigues, Letícia
11 Guimarães Braz e Kátia Ribeiro Freitas, e representantes do Colegiado
12 Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social (COEGEMAS) - Marli
13 Nacif (Presidente), Arlete Terezinha Polidoro, Elizabete Maia Silveira,
14 Rosimere Costa, Maria Eliza Monteiro e Carolina Ghislandi. Ainda estavam
15 presentes a Diretora de Assistência Social da DIAS/SST, Simone Cristina
16 Vieira Machado, gerentes da DIAS/SST, representantes da câmara técnica,
17 dos municípios, associações de municípios e secretarias regionais, cuja lista
18 de presença segue anexa. O Coordenador iniciou a reunião desejando boas
19 vindas a todos os presentes e agradeceu a acolhida da AMFRI e da
20 Prefeitura Municipal de Itajaí. Em seguida, a Secretária Executiva, Liliane
21 Sena, efetuou a leitura da ata da reunião anterior. Após lida, foi retificado o
22 valor dos recursos oriundos do BNDES, sendo 16.290.000,00 (dezesesseis
23 milhões e duzentos e noventa mil reais) destinados para construção de
24 CRAS, CREAS e Centros-dia, previstos para o ano de 2013. Em seguida, a
25 ata foi aprovada pelos membros da mesa. Na ocasião, o Prefeito Municipal
26 de Itajaí, Excelentíssimo Senhor Jandir Bellini, desejou boas vindas a todos
27 e um bom trabalho aos membros da CIB e convidados. Dando continuidade,
28 o coordenador apresentou o Edital de Convocação, aprovado pelos
29 membros da mesa, com a seguinte ordem do dia: **1º – Apresentação do**
30 **DEINFRA sobre os projetos dos equipamentos sociais (CRAS, CREAS e**
31 **Centros-dia) cofinanciados pelo Estado.** A gerente e técnicos do
32 DEINFRA apresentaram os projetos arquitetônicos dos referidos
33 equipamentos. Na ocasião, o coordenador informou o prazo de dois meses
34 para a elaboração dos projetos complementares e aproximadamente seis
35 meses para os equipamentos estarem construídos e entregues. Ainda
36 propôs que o Estado faça visitas in loco a cada município contemplado com
37 os equipamentos, visando observar as particularidades dos municípios.
38 Ressaltou que para efetuar a licitação é necessário o término dos projetos
39 arquitetônicos e complementares. Na ocasião, alguns gestores municipais
40 questionaram sobre o tamanho insuficiente dos equipamentos e as
41 exigências sobre as características dos terrenos. Rosemeri Costa, gestora

de Joinville, falou da localização dos terrenos e as áreas de vulnerabilidade, onde estão presentes os usuários da assistência social, considerando ainda a peculiaridade de cada município. Na ocasião, os técnicos do DEINFRA sugeriram que os municípios façam Levantamento Fotográfico e Laudo de Sondagem dos Terrenos. Após discussão, foram elencadas as seguintes propostas: que os municípios tenham autonomia para decidir o ente responsável (município ou Estado) pela execução da construção, já que alguns municípios têm dificuldades no processo licitatório; que o Estado repasse os recursos aos municípios, e esses realizem a construção dos equipamentos, seguindo os projetos arquitetônicos e complementares do DEINFRA. A comissão pactuou a seguinte proposta: após recebimento dos recursos repassados pela SST, os municípios têm o prazo de 9 meses para executar os projetos arquitetônicos e complementares elaborados pelo DEINFRA, para os equipamentos de Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), e 12 meses para os equipamentos de Centros-dia. **2º - Critérios de Público Alvo para execução do CapacitaSUAS, conforme Termo de Aceite.** A analista técnica da SST fez um breve resgate sobre a implantação do Programa CapacitaSUAS em Santa Catarina, informando que o aceite foi efetuado em 30 de maio de 2012, sendo que o valor repassado pelo governo federal foi R\$ 800.400,00 (oitocentos mil e quatrocentos reais). Ainda apresentou a relação das Instituições de Ensino Superior credenciadas no Estado. Na ocasião, o coordenador informou que a SST elaborou um edital de chamada pública, e que está em análise na assessoria jurídica. Em seguida, foi efetuada a leitura da minuta de resolução que dispõe sobre critérios de definição referente ao público alvo do CapacitaSUAS no exercício de 2012, conforme Termo de Aceite, que dispõe sobre a oferta dos cursos de introdução/nivelamento para os trabalhadores dos serviços socioassistenciais executados por Equipes Volantes dos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS; Equipes de Referência dos CRAS, Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro POP e Serviço de Acolhimento Institucional, cofinanciado pelo governo federal em 2011 e 2012. Além da oferta dos cursos de atualização para os trabalhadores que exercem a função de gestão no âmbito do SUAS. Alguns municípios expuseram a necessidade da ampliação do número de vagas para os próximos anos. Após discussão, o assunto foi pactuado conforme minuta de resolução. **3º - Situação cofinanciamentos de serviços e benefícios eventuais (2012), e proposta de pactuação de saldo.** Daniela, representante da gerência de contratos e convênios, apresentou a situação atual dos cofinanciamentos pactuados e deliberados

em 2012, e apresentou os saldos remanescentes (posição: empenhos até 30 de dezembro de 2012). A CIB pactuou que os recursos provenientes dos saldos remanescentes sejam distribuídos aos municípios habilitados em receber cofinanciamento de Benefícios Eventuais em 2012, considerando os critérios de partilha estabelecidos nos artigos 2º e 3º da Resolução CIB nº 02, de 15 de fevereiro de 2012. **4º - Processo de Habilitação de troca de Gestão Inicial para a Gestão Básica do Município de Princesa.** A Câmara Técnica recomendou indeferimento do processo da habilitação pela falta de documentos comprobatórios e inconsistência nas informações referentes às reuniões ordinárias do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), e equipe de referência e local exclusivo do CRAS. Dando sequência a reunião, o coordenador informou sobre novos cofinanciamentos de equipamentos sociais com recursos oriundos do Fundo Social e do BNDES. Para atender os prazos do Pacto Catarinense os membros resolveram antecipar a reunião da Câmara Técnica para o dia 29 de outubro e a reunião plenária da CIB para 12 de novembro, ambas na SST, em Florianópolis. Em seguida, o coordenador informou sobre a mudança da equipe da Diretoria de Assistência Social da SST, sobre o processo de transição e apresentou os novos membros: Simone Cristina Vieira Machado (Diretora de Assistência Social), Valéria Medeiros (Gerente de Proteção Social Básica), Fabiana Vieira (Gerente de Proteção Social Especial), Daiana Vieira da Silva (Gerente do Centro Educacional São Gabriel), Kátia Ribeiro Freitas (Gerente da Gestão da Política de Assistência Social), Viviane Regina da Silva (Gerente de Monitoramento e Avaliação) e Letícia Guimarães Braz (Gerente de Pactuação e Deliberação). Após, a Diretora de Assistência Social, Simone Machado, apresentou os **informes da DIAS/ SST**: calendário para preenchimento do Censo SUAS 2012; agradecimentos aos municípios participantes do evento sobre Rede SUAS, capacitação sobre critérios de partilha e diagnóstico para os planos de assistência social, capacitação para os novos entrevistadores do Cadastro Único e capacitação sobre busca ativa; reunião da Comissão Intergestores Tripartite (CIT), onde foi pactuado o novo texto da Norma Operacional do SUAS. A diretora ainda informou sobre a atualização do Plano de Providências, ressaltando que não foi pactuado na CIT. Na sequência, Marli Nacif, presidente do **COEGEMAS** falou sobre a distância do órgão gestor estadual com os municípios catarinenses, a não instituição da Lei Estadual de Assistência Social e a demora na liberação dos recursos cofinanciados pelo Estado. Ainda informou sobre as alterações de alguns membros do COEGEMAS e eleição em março de 2013. Sobre a Lei Estadual de Assistência Social, Kátia Freitas, representante da DIAS/SST, informou que está sendo formado um Grupo de Trabalho, instituído em portaria,

124 constituídos pelas instâncias de articulação da assistência social, para
125 elaboração da referida Lei. Alguns gestores municipais questionaram sobre
126 a Capacitação do BPC Escola. Valéria Medeiros, representante da DIAS,
127 informou que o MEC não liberou ainda os recursos para realização das
128 capacitações. Os representantes da **Câmara Técnica** destacaram a
129 importância da Elaboração do Plano Estadual de Assistência Social, ainda
130 não efetivado pelo Estado. Ainda, solicitaram documentos para subsidiar a
131 próxima reunião da câmara técnica para estabelecimentos de critérios de
132 partilha. Janice, representante da FECAM, ressaltou a importância da
133 padronização das orientações aos municípios, no que se refere à elaboração
134 dos planos de assistência social. Alguns gestores municipais questionaram
135 sobre a existência de emendas parlamentares para a assistência social. Na
136 ocasião, Valéria Medeiros, representante da DIAS/SST, informou que há
137 disponível uma emenda parlamentar no valor de R\$ 900.000,00 (novecentos
138 mil) destinada a estruturação da rede de serviços de proteção básica em
139 Santa Catarina. O autor da emenda, deputado Esperidião Amim, indicou seis
140 municípios a serem contemplados. São eles: Prefeitura Municipal de Nova
141 Trento, Prefeitura Municipal de Forquilha, Prefeitura Municipal de Penha,
142 Prefeitura Municipal de Meleiro, Instituição do Município de Canoinhas,
143 Instituições do Município de Florianópolis. Esses municípios receberão
144 veículos populares para os serviços dos CRAS. Além desses municípios,
145 outros serão contemplados por meio de critérios definidos pela DIAS/SST.
146 Em seguida, Fabiana Vieira, representante da DIAS/SST, informou sobre as
147 emendas parlamentares para os serviços de proteção social especial. Disse
148 que a DIAS irá definir os critérios para seleção dos municípios a serem
149 contemplados. Para finalizar, o coordenador da CIB agradeceu o
150 acolhimento da AMFRI e a participação dos demais membros. Nada mais
151 havendo a tratar, eu Liliane Sena, secretária executiva da CIB, lavrei a
152 presente ata.